

XIV LEGISLATURA – 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

(25-10-2019 a 14-09-2020)

DAR — II SÉRIE-A — N.º 1 (2019.10.25)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1 a 12/XIV/1.ª):

N.º 1/XIV/1.ª (BE) — *Reconhece as crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica enquanto vítimas desse crime (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e quadragésima sétima alteração ao Código Penal).*

N.º 2/XIV/1.ª (BE) — *Torna obrigatória, nos casos de violência doméstica, a recolha de declarações para memória futura das vítimas (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas).*

N.º 3/XIV/1.ª (BE) — *Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro).*

N.º 4/XIV/1.ª (BE) — *Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível.*

N.º 5/XIV/1.ª (PCP) — *Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).*

N.º 6/XIV/1.ª (PCP) — *Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca.*

N.º 7/XIV/1.ª (PCP) — *Alargamento da isenção das taxas moderadoras até à sua revogação (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro).*

N.º 8/XIV/1.ª (PCP) — *Aprova o estatuto da condição policial.*

N.º 9/XIV/1.ª (PCP) — *Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos.*

N.º 10/XIV/1.ª (PCP) — *Repõe o princípio do tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).*

N.º 11/XIV/1.ª (PCP) — *Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).*

N.º 12/XIV/1.ª (PCP) — *Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais.*

Projetos de Resolução (n.ºs 1 a 6/XIV/1.ª):

N.º 1/XIV/1.ª (PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV) — *Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos.*

N.º 2/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo o aumento do salário mínimo nacional para 650 euros em 1 de janeiro de 2020.*

N.º 3/XIV/1.ª (PCP) — *Propõe medidas para garantir a universalidade e gratuidade no acesso a creches a todas as crianças até aos 3 anos.*

N.º 4/XIV/1.ª (PCP) — *Programa extraordinário para a contratação de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde.*

N.º 5/XIV/1.ª (PCP) — *Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o financiamento de todas as candidaturas consideradas elegíveis no Programa de Apoio Sustentado às Artes bienal 2020-2021 e a revisão urgente do modelo de apoio às artes.*

N.º 6/XIV/1.ª (PCP) — *Recomenda ao Governo a contratação imediata de todos os auxiliares de ação educativa e assistentes administrativos necessários ao regular funcionamento da escola pública.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 2 (2019.10.26)

SUMÁRIO

Programa do XXII Governo Constitucional:

Texto do Programa.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 3 (2019.10.28)

SUMÁRIO

Resolução:

Constituição de uma comissão eventual de verificação de poderes dos Deputados eleitos.

Projetos de Lei (n.ºs 13 a 20/XIV/1.ª):

N.º 13/XIV/1.ª (PCP) — Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas.

N.º 14/XIV/1.ª (PCP) — Extingue o Balcão Nacional do Arrendamento e repõe o procedimento especial de despejo por via judicial (sétima alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, pela Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, Lei n.º 43/2017, de 14 de junho, Lei n.º 12/2019, de 12 de fevereiro, e pela Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro – Novo Regime de Arrendamento Urbano).

N.º 15/XIV/1.ª (PCP) — Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança.

N.º 16/XIV/1.ª (PCP) — Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos.

N.º 17/XIV/1.ª (PCP) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.

N.º 18/XIV/1.ª (PCP) — Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

N.º 19/XIV/1.ª (PCP) — Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo o acesso à pensão sem penalizações e independentemente da idade, aos trabalhadores que completem 40 anos de descontos.

N.º 20/XIV/1.ª (PCP) — Eliminação de penalizações a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada.

Projetos de Resolução (n.ºs 7 a 11/XIV/1.ª):

N.º 7/XIV/1.ª (PCP) — Eliminação das portagens na A28, A41, A42 e A29.

N.º 8/XIV/1.ª (PCP) — Eliminação das portagens na A25.

N.º 9/XIV/1.ª (PCP) — Eliminação das portagens na A23.

N.º 10/XIV/1.ª (PCP) — Eliminação das portagens na A24.

N.º 11/XIV/1.ª (PCP) — Pela abolição das portagens na Via do Infante.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 4 (2019.10.29)

SUMÁRIO

Projeto de Regimento n.º 1/XIV/1.ª (IL):

Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos.

Projetos de Lei (n.ºs 21 a 24/XIV/1.ª):

N.º 21/XIV/1.ª (PEV) — Altera a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos.

N.º 22/XIV/1.ª (PEV) — Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos.

N.º 23/XIV/1.ª (PEV) — Determina a elaboração pelo Governo de um relatório sobre o clima, prévio à apresentação do Orçamento do Estado, com vista à sua apresentação à Assembleia da República.

N.º 24/XIV/1.ª (PEV) — Determina a elaboração pelo Governo de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal, prévia à apresentação do OE, com vista à sua apresentação à Assembleia da República.

Projeto de Resolução n.º 4/XIV/1.ª (Programa extraordinário para a contratação de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde):

— Alteração do texto inicial do projeto de resolução. (*)

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 29 de outubro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 1 \(2019.10.25\)](#)]

DAR — II SÉRIE-A — N.º 5 (2019.10.30)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 25 a 29/XIV/1.ª):

N.º 25/XIV/1.ª (PEV) — Determina uma distância mínima entre o extremo de culturas agrícolas permanentes superintensivas e os núcleos habitacionais.

N.º 26/XIV/1.ª (PEV) — Garante o direito à redução de horário de trabalho, para efeitos de amamentação, aleitação ou acompanhamento à criança até aos três anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 27/XIV/1.ª (CDS-PP) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro.

N.º 28/XIV/1.ª (CDS-PP) — Agravamento da moldura penal para crimes, praticados com violência, nas escolas e suas imediações ou contra a comunidade escolar (quinquagésima alteração ao Código Penal).

N.º 29/XIV/1.ª (CDS-PP) — Redução da taxa de IRC (procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro).

Projetos de Resolução (n.ºs 12 a 17/XIV/1.ª):

N.º 12/XIV/1.ª (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional.

N.º 13/XIV/1.ª (PEV) — Exorta o Governo a que as culturas agrícolas permanentes superintensivas não sejam beneficiárias de apoios públicos.

N.º 14/XIV/1.ª (PEV) — Sobre as dragagens no estuário do Sado.

N.º 15/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias ao alargamento da ADSE a todos os portugueses, independentemente de terem ou não um vínculo laboral ao Estado.

N.º 16/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote todas as medidas e os procedimentos necessários para uma célere resolução do problema do atraso no processamento, atribuição e pagamento de diversas prestações sociais, designadamente, de pensões de velhice e de invalidez, de sobrevivência e de outras prestações por morte.

N.º 17/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda a uma revolução na formação profissional para que ela se adapte aos novos tempos.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 22 e 30 a 33/XIV/1.ª):

N.º 22/XIV/1.ª (Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos):

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (¹)

N.º 30/XIV/1.ª (CDS-PP) — Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (lobbying).

N.º 31/XIV/1.ª (PEV) — Alarga a abrangência a novos produtos da rotulagem para os alimentos que contém transgénicos.

N.º 32/XIV/1.ª (PEV) — Visa o reforço da resistência sísmica dos edifícios.

N.º 33/XIV/1.ª (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) — Instituir o dia 16 de maio como o «Dia do Portugal Ativo».

Projetos de Resolução (n.ºs 18 e 19/XIV/1.ª):

N.º 18/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, quando ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido para primeira consulta de especialidade no Serviço Nacional de Saúde, assegure aos utentes a liberdade de aceder a essa consulta em qualquer outro hospital à sua escolha, seja do setor público, privado ou social.

N.º 19/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a abolição das taxas de portagem na A22/Via do Infante.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 31 de outubro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 5 \(2019.10.30\)](#)].

SUMÁRIO

Resolução:

Aprova a Convenção Multilateral para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016. (¹)

Projetos de Lei (n.ºs 34 a 38/XIV/1.ª):

N.º 34/XIV/1.ª (PCP) — Elimina o fator de sustentabilidade nas pensões atribuídas ao abrigo do regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice dos trabalhadores da indústria das pedreiras e dos trabalhadores do interior ou da lavra subterrânea das minas e das lavarias de minério.

N.º 35/XIV/1.ª (PCP) — Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e famílias com carência económica.

N.º 36/XIV/1.ª (PCP) — Redução do IVA da eletricidade e gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

N.º 37/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada.

N.º 38/XIV/1.ª (PEV) — Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do ensino superior público.

Projetos de Resolução (n.ºs 14 e 20 a 24/XIV/1.ª):

N.º 14/XIV/1.ª (Sobre as dragagens no estuário do Sado):

— Alteração do texto inicial do projeto de resolução. (²)

N.º 20/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que solucione os atrasos persistentes no processamento das pensões de reforma.

N.º 21/XIV/1.ª (PEV) — *Medidas para erradicar o uso do glifosato.*

N.º 22/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam melhorar as condições de vida e o acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas com doença inflamatória do intestino.*

N.º 23/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda a localização da futura unidade de neonatologia e de cuidados na gravidez e no parto de Coimbra nos terrenos adjacentes ao Hospital dos Covões.*

N.º 24/XIV/1.ª (CH) — *Recomenda ao Governo a abertura do debate que promova a redução do número de Deputados do Parlamento português.*

(¹) Publicado em Suplemento.

(²) Texto inicial alterado a pedido do autor da iniciativa a 4 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 5 \(2019-10-30\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 7 — SUPLEMENTO (2019.11.04)

SUMÁRIO

Resolução:

Aprova a Convenção Multilateral para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 8 (2019.11.06)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 13 e 39 a 43/XIV/1.ª):

N.º 13/XIV/1.ª (Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas):

— *Alteração do texto do projeto de lei.* (¹)

N.º 39/XIV/1.ª (PEV) — *Impede a comercialização e a utilização de medicamentos veterinários, de uso pecuário, contendo diclofenac.*

N.º 40/XIV/1.ª (PCP) — *Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice.*

N.º 41/XIV/1.ª (PCP) — *Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade.*

N.º 42/XIV/1.ª (PEV) — *Redução de resíduos de embalagens.*

N.º 43/XIV/1.ª (PCP) — *Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).*

Projetos de Resolução (n.ºs 14 e 24 a 28/XIV/1.ª):

N.º 14/XIV/1.ª (Sobre as dragagens no estuário do Sado):

— *Segunda alteração do texto inicial do projeto de resolução.* (²)

N.º 24/XIV/1.ª — *Recomenda a redução do número de Deputados do Parlamento português:*

— *Alteração do título e texto do projeto de resolução.* (³)

N.º 25/XIV/1.ª (CH) — *Exorta ao Governo que tome as urgentes medidas estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade da ADSE.*

N.º 26/XIV/1.ª (PCP) — *Simplificação do acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e concretização de apoios concretos aos seus titulares.*

N.º 27/XIV/1.ª (PCP) — *Estabilização temporal do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquíicultura.*

N.º 28/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que avalie a pertinência da introdução da sesta nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Projeto de Deliberação n.º 1/XIV/1.ª (PAR):

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

⁽¹⁾ Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 6 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 3 \(2019.10.28\)](#)].

⁽²⁾ Texto substituído a pedido do autor da iniciativa em 4 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 5 \(2019.10.30\)](#)] e em 6 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 7 \(2019.11.04\)](#)].

⁽³⁾ Título e texto iniciais substituídos a pedido do autor da iniciativa a 5 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 7 \(2019.11.04\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 9 (2019.11.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 44 a 53/XIV/1.ª):

N.º 44/XIV/1.ª (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 45/XIV/1.ª (PCP) — Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março).

N.º 46/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece os critérios de atribuição de transporte não urgente de doentes.

N.º 47/XIV/1.ª (BE) — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 48/XIV/1.ª (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika relativas ao despedimento por extinção do posto de trabalho e elimina a figura do despedimento por inadaptação, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 49/XIV/1.ª (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 50/XIV/1.ª (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika que vieram facilitar os despedimentos e reduz as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 51/XIV/1.ª (PAN) — Determina o fim da prospeção e exploração de hidrocarbonetos em Portugal

N.º 52/XIV/1.ª (PAN) — Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança, excecionando-se o decretamento deste regime aos casos de abuso infantil, negligência e violência doméstica.

N.º 53/XIV/1.ª (PAN) — Visa assegurar a não discriminação no acesso à habitação por quem possui animais de companhia.

Projetos de Resolução (n.ºs 29 a 32/XIV/1.ª):

N.º 29/XIV/1.ª (PEV) — Implementação da nova maternidade de Coimbra no Campus do Hospital Geral (Covões).

N.º 30/XIV/1.ª (PEV) — Reversão da privatização dos CTT.

N.º 31/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam reforçar os direitos das mulheres na gravidez e no parto.

N.º 32/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica relativamente à expansão do Aeroporto Humberto Delgado e construção do aeroporto complementar do Montijo.

SUMÁRIO

Deliberação n.º 4-PL/2019: (¹)

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Projetos de Lei (n.ºs 50 e 54 a 63/XIV/1.ª):

N.º 50/XIV/1.ª (Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika que vieram facilitar os despedimentos e reduz as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro):

— Alteração do texto do projeto de lei. (²)

N.º 54/XIV/1.ª (PAN) — Interditada a comercialização de medicamentos veterinários cujo princípio ativo seja o diclofenac.

N.º 55/XIV/1.ª (CDS-PP) — Cria a dispensa para assistência a filho até aos 2 anos, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho.

N.º 56/XIV/1.ª (PAN) — Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior.

N.º 57/XIV/1.ª (PAN) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e alarga os direitos dos antigos combatentes, antigos militares e deficientes das Forças Armadas (procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à primeira alteração da Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro).

N.º 58/XIV/1.ª (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior.

N.º 59/XIV/1.ª (BE) — Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos (sexta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro).

N.º 60/XIV/1.ª (BE) — Cria a dispensa para acompanhamento a filhos até aos 3 anos, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 61/XIV/1.ª (PCP) — Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do ensino superior público garantindo a contabilização de todos os pontos obtidos.

N.º 62/XIV/1.ª (PCP) — Garante o direito das crianças até 3 anos a serem acompanhadas pelos progenitores.

N.º 63/XIV/1.ª (PCP) — Reforça o subsídio de doença para a tuberculose, doença oncológica e doença crónica (sexta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro).

Projetos de Resolução (n.ºs 33 a 50/XIV/1.ª):

N.º 33/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que revogue a autorização concedida à Administração do Porto de Setúbal para avançar com as dragagens no Sado.

N.º 34/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos.

N.º 35/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de saúde mental, em ambiente laboral, nas forças e serviços de segurança, criando um programa de promoção da resiliência psicológica dos operacionais.

N.º 36/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que minimizem o impacto das doenças inflamatórias do intestino na vida destes doentes.

N.º 37/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que contabilize a avaliação obtida pelos ex-militares, nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, após ingresso na Administração Pública, para efeitos do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

N.º 38/XIV/1.ª (PAN) — Adota as recomendações da Sociedade Portuguesa de Pediatria, promovendo a criação de condições para a prática da sesta das crianças do ensino pré-escolar.

N.º 39/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao governo que crie condições para o reforço da proteção dos

trabalhadores na doença quando esta implique circunstâncias económicas particularmente gravosas.

N.º 40/XIV/1.ª (PEV) — Reforço dos cuidados de assistência na gravidez e no parto.

N.º 41/XIV/1.ª (BE) — Salvar as matas litorais: compromissos de curto e longo prazo.

N.º 42/XIV/1.ª (PEV) — Pela defesa do Pinhal de Leiria.

N.º 43/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo o cumprimento de critérios de silvicultura no âmbito do Plano de Recuperação da Mata Nacional de Leiria.

N.º 44/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de doenças inflamatórias do intestino.

N.º 45/XIV/1.ª (CH) — Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro.

N.º 46/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a suspensão das dragagens no porto de Setúbal.

N.º 47/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos 3 anos na educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação.

N.º 48/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda a construção de uma nova maternidade em Coimbra que abarque o número de partos das atuais maternidades e seja situada junto ao Hospital Geral dos Covões.

N.º 49/XIV/1.ª (PCP) — Recuperação, acompanhamento e monitorização da valorização da Mata Nacional de Leiria.

N.º 50/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino.

⁽¹⁾ Publicado em Suplemento.

⁽²⁾ Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 8 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 9](#) (2019.11.07)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 10 — SUPLEMENTO (2019.11.08)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 4-PL/2019:

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 11 (2019.11.11)

SUMÁRIO

Projetos de Regimento (n.ºs 2 e 3/XIV/1.ª):

N.º 2/XIV/1.ª (CH) — Alteração ao Regimento da Assembleia da República eliminando a diferença qualitativa de tratamento atualmente existente entre os partidos políticos nesta Assembleia representados.

N.º 3/XIV/1.ª (PS) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República.

Projetos de Lei (n.ºs 64 a 66/XIV/1.ª):

N.º 64/XIV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 65/XIV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)

N.º 66/XIV/1.ª (PCP) — Gratuitidade do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso.

Projeto de Resolução n.º 51/XIV/1.ª (PEV):

Avaliação da aplicação da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 12 (2019.11.12)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 55 e 67 a 71/XIV/1.ª):

N.º 55/XIV/1.ª (Cria a dispensa para assistência a filho até aos 2 anos, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho):

— Alteração do texto do projeto de lei. (¹)

N.º 67/XIV/1.ª (PAN) — Regula o acesso à morte medicamente assistida.

N.º 68/XIV/1.ª (PCP) — Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento.

N.º 69/XIV/1.ª (PCP) — Prolonga os contratos de arrendamento para 10 anos, garantindo maior estabilidade aos arrendatários.

N.º 70/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT.

N.º 71/XIV/1.ª (BE) — Alteração ao regime jurídico da gestação de substituição (sétima alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho).

Projeto de Resolução n.º 52/XIV/1.ª (BE):

Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 12 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 10 \(2019.11.08\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 13 (2019.11.14)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 72 a 76/XIV/1.ª):

N.º 72/XIV/1.ª (PEV) — Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo.

N.º 73/XIV/1.ª (PSD) — Regulamentação do lobbying.

N.º 74/XIV/1.ª (BE) — Promove a contratação coletiva, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 75/XIV/1.ª (BE) — Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

N.º 76/XIV/1.ª (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

Projetos de Resolução (n.ºs 53 a 56/XIV/1.ª):

N.º 53/XIV/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que não introduza um sistema de incentivos à assiduidade dos funcionários públicos.

N.º 54/XIV/1.ª (PEV) — Abandono do processo relativo à construção do aeroporto no Montijo e realização de uma avaliação ambiental estratégica para aferir das melhores opções ao nível aeroportuário.

N.º 55/XIV/1.ª (BE) — Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Saúde, de acordo com

o estabelecido na lei para o reforço de autonomia das instituições e na nova lei de bases da saúde.
N.º 56/XIV/1.ª (BE) — Publicação da portaria para reconhecimento de especialistas em física médica.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 14 (2019.11.15)

SUMÁRIO

Projeto de Regimento n.º 4/XIV/1.ª (PSD):

Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, alargando os direitos dos Deputados únicos representantes de um partido e definindo critérios de fixação de grelhas de tempos.

Projetos de Lei (n.ºs 77 a 79/XIV/1.ª):

N.º 77/XIV/1.ª (PAN) — Determina a obrigatoriedade de proceder a análise mensal das águas destinadas a consumo humano a fim de verificar da presença de glifosato.

N.º 78/XIV/1.ª (PAN) — Visa a não comercialização de herbicidas com glifosato para usos não profissionais.

N.º 79/XIV/1.ª (PEV) — Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

Projetos de Resolução (n.ºs 57 a 59/XIV/1.ª):

N.º 57/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a necessidade de concretização urgente do financiamento do novo hospital para a Madeira.

N.º 58/XIV/1.ª (PEV) — Plano de ação para controlo do jacinto-de-água.

N.º 59/XIV/1.ª (PSD) — Por uma política integrada para a infância e a família.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 15 (2019.11.18)

SUMÁRIO

Projeto de Lei N.º 80/XIV/1.ª (PEV):

Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.

Projetos de Resolução (n.ºs 60 a 68/XIV/1.ª):

N.º 60/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN225.

N.º 61/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a promoção da coesão territorial nos distritos de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda eliminando as portagens na A23.

N.º 62/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a promoção da coesão territorial nos distritos de Viseu e Vila Real eliminando as portagens na A24.

N.º 63/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a promoção da coesão territorial nos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda eliminando as portagens na A25.

N.º 64/XIV/1.ª (L) — Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes.

N.º 65/XIV/1.ª (CH) — Pela abolição das portagens na A28 – autoestrada do Norte Litoral.

N.º 66/XIV/1.ª (CH) — Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Educação, com especial incidência no pessoal não docente.

N.º 67/XIV/1.ª (CH) — Recomenda ao governo a reorganização e reforço dos efetivos das forças de

segurança.

N.º 68/XIV/1.ª (CH) — *Pela abolição das portagens na Via do Infante.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 16 (2019.11.19)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 15 e 81 a 93/XIV/1.ª):

N.º 15/XIV/1.ª (Condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança):

— *Alteração do texto do projeto de lei.* (¹)

N.º 81/XIV/1.ª (BE) — *Determina a obrigatoriedade de análise à presença de glifosato na água destinada ao consumo humano (terceira alteração ao Regime da Qualidade da Água Destinada ao Consumo Humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto).*

N.º 82/XIV/1.ª (BE) — *Proíbe a aplicação de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação (segunda alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril).*

N.º 83/XIV/1.ª (BE) — *Proíbe o uso não profissional de produtos contendo glifosato (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro).*

N.º 84/XIV/1.ª (BE) — *Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT.*

N.º 85/XIV/1.ª (BE) — *Contabilização de dias de serviço para efeitos de proteção social dos docentes colocados em horários incompletos.*

N.º 86/XIV/1.ª (PAN) — *Visa a proteção das espécies de aves migratórias e invernantes através da interdição da colheita mecanizada de azeitonas em período noturno.*

N.º 87/XIV/1.ª (PS) — *Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores.*

N.º 88/XIV/1.ª (PS) — *Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal.*

N.º 89/XIV/1.ª (BE) — *Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário.*

N.º 90/XIV/1.ª (PAN) — *Prevê a melhoria do sistema de identificação do fim funcional de equídeos com vista à sua proteção.*

N.º 91/XIV/1.ª (BE) — *Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica.*

N.º 92/XIV/1.ª (PAN) — *Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica.*

N.º 93/XIV/1.ª (PAN) — *Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público.*

Projetos de Resolução (n.ºs 66 e 69 a 85/XIV/1.ª):

N.º 66/XIV/1.ª (Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Educação, com especial incidência no pessoal não docente):

— *Alteração do texto do projeto de resolução.* (²)

N.º 69/XIV/1.ª (BE) — *Reabilitação da Casa da Pesca na Quinta do Marquês em Oeiras.*

N.º 70/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Recomenda ao Governo que proponha ao Sr. Presidente da República a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de Novembro de 1975.*

N.º 71/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo a abolição de portagens na A28.*

N.º 72/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da estrada nacional n.º 225.*

N.º 73/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa e do Código do*

Trabalho no respeito e valorização da Comissão Permanente de Concertação Social no aumento da retribuição mínima mensal garantida.

N.º 74/XIV/1.ª (BE) — Criação de locais de acolhimento de animais selvagens e de animais de quinta e respetivo quadro jurídico.

N.º 75/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie uma rede de apoio familiar e promova o estudo e o debate para uma política de família e de natalidade.

N.º 76/XIV/1.ª (BE) — Reforço da oferta pública na área da hemodiálise.

N.º 77/XIV/1.ª (CDS-PP) — Constituição de uma Comissão Eventual para o Acompanhamento das Iniciativas sobre a Família e a Natalidade.

N.º 78/XIV/1.ª (BE) — Valorização do Conselho Nacional para a Proteção de Animais Utilizados para Fins Científicos.

N.º 79/XIV/1.ª (BE) — Pelo fim do financiamento público das culturas agrícolas intensivas e superintensivas e aposta na transição ecológica.

N.º 80/XIV/1.ª (CDS-PP) — Para uma política integrada de natalidade e de valorização da família.

N.º 81/XIV/1.ª (PS) — Consagra o dia 31 de março como Dia da Memória das Vítimas da Inquisição.

N.º 82/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um enquadramento jurídico para os Locais de Acolhimento de Animais de Quinta e de Animais Selvagens.

N.º 83/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao governo que adote um programa de apoio à mobilidade de âmbito verdadeiramente nacional e territorialmente justo.

N.º 84/XIV/1.ª (PAN) — Pelo direito ao cartão de cidadão para as pessoas em situação de sem abrigo.

N.º 85/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que reduza o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e substitua essas prestações pela contratação dos profissionais necessários ao funcionamento dos serviços de saúde.

Projeto de Deliberação n.º 2/XIV/1.ª (CDS-PP):

Sessão Evocativa do Dia 25 de Novembro.

⁽¹⁾ Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 19 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 3 \(2019.10.28\)](#)].

⁽²⁾ Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 19 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 15 \(2019.11.18\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 17 (2019.11.20)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 94 a 102/XIV/1.ª):

N.º 94/XIV/1.ª (PEV) — Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho.

N.º 95/XIV/1.ª (PCP) — Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente.

N.º 96/XIV/1.ª (PCP) — Cria a Rede de Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Selvagens e Exóticos.

N.º 97/XIV/1.ª (PCP) — Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto.

N.º 98/XIV/1.ª (PCP) — Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais.

N.º 99/XIV/1.ª (PSD) — Quarta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança.

N.º 100/XIV/1.ª (BE) — Recuperação integral do tempo de serviço cumprido.

N.º 101/XIV/1.ª (CDS-PP) — Agravamento da moldura penal para crimes praticados contra agentes das forças ou serviços de segurança (quinquagésima alteração ao Código Penal).

N.º 102/XIV/1.ª (PAN) — *Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica.*

Projetos de Resolução (n.ºs 34 e 86 a 93/XIV/1.ª):

N.º 34/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos):

— *Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República*

N.º 86/XIV/1.ª (PEV) — *Envolvimento do Governo na procura de soluções com vista ao fim dos paraísos fiscais.*

N.º 87/XIV/1.ª (PCP) — *Recomenda adoção de medidas concretas e imediatas no âmbito da utilização de animais em investigação científica.*

N.º 88/XIV/1.ª (PSD) — *Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal.*

N.º 89/XIV/1.ª (BE) — *Cumprimento das obrigações de apoio às artes pela Direção-Geral das Artes.*

N.º 90/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que promova a coesão do Algarve através do resgate da concessão e requalificação dos troços da EN125 compreendidos entre Olhão e Vila Real de Santo António.*

N.º 91/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Atribuição de subsídio de risco aos profissionais das forças de segurança.*

N.º 92/XIV/1.ª (PSD) — *Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a sustentabilidade da ADSE.*

N.º 93/XIV/1.ª (CH) — *Contra a ideologia de género nas escolas.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 18 (2019.11.21)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 103 a 106/XIV/1.ª):

N.º 103/XIV/1.ª (PEV) — *Proíbe os fornecedores de bens e prestadores de serviços de disponibilizarem para contactos dos consumidores números de valor acrescentado das gamas «707», «708», «760», «761» e «762» assegurando para contacto números geográficos de prefixo «2» e/ou móveis de prefixo «9».*

N.º 104/XIV/1.ª (PS) — *Procede à quinquagésima alteração ao Código Penal, regulando as condições especiais para a prática de eutanásia não punível.*

N.º 105/XIV/1.ª (BE) — *Regulamenta a instalação de olival e amendoal em regime intensivo e superintensivo.*

N.º 106/XIV/1.ª (BE) — *Procede à eliminação de fator de sustentabilidade nas pensões abrangidas pelo regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice dos trabalhadores da indústria das pedreiras, dos trabalhadores do interior ou da lavra subterrânea das minas e das lavarias de minério e de outros regimes especiais resultantes da natureza especialmente penosa ou desgastante da atividade profissional exercida.*

Projetos de Resolução (n.ºs 94 a 96/XIV/1.ª):

N.º 94/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Recomenda ao Governo a criação de um grupo de recrutamento de docentes na área da intervenção precoce na infância.*

N.º 95/XIV/1.ª (PCP) — *Programa em defesa da pesca do cerco e dos seus profissionais.*

N.º 96/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Recomenda ao Governo que proceda à elaboração urgente de um plano para a retirada de todo o material com amianto nas escolas públicas.*

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

- Designação dos membros do Conselho de Estado eleitos pela Assembleia da República.
- Eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional.
- Eleição para o Conselho Superior de Segurança Interna.

Projetos de Lei (n.ºs 107 a 124/XIV/1.ª):

N.º 107/XIV/1.ª (PSD) — *Septuagésima sexta alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, alterando o regime do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, de forma a clarificar que o tribunal pode determinar a residência alternada do filho com cada um dos progenitores sempre que tal corresponda ao superior interesse do menor.*

N.º 108/XIV/1.ª (BE) — *Atualiza a listagem de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos e torna público o respetivo plano de calendarização da monitorização e das ações corretivas (primeira alteração à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro).*

N.º 109/XIV/1.ª (BE) — *Regula as relações laborais na advocacia.*

N.º 110/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento.*

N.º 111/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Acredita em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade), e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente).*

N.º 112/XIV/1.ª (PSD) — *Quinquagésima alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia.*

N.º 113/XIV/1.ª (PAN) — *Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade.*

N.º 114/XIV/1.ª (BE) — *Altera o Código Civil, prevendo o regime de residência alternada da criança na regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento.*

N.º 115/XIV/1.ª (PAN) — *Determina a remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos.*

N.º 116/XIV/1.ª (PAN) — *Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos.*

N.º 117/XIV/1.ª (PAN) — *Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro).*

N.º 118/XIV/1.ª (PCP) — *Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade).*

N.º 119/XIV/1.ª (BE) — *Alarga o prazo de garantia na venda de bens móveis de consumo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril).*

N.º 120/XIV/1.ª (PEV) — *Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril, e ao Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de maio).*

N.º 121/XIV/1.ª (PCP) — *Aprova o Estatuto do Antigo Combatente.*

N.º 122/XIV/1.ª (PCP) — *Remoção e erradicação de amianto em edifícios, instalações e equipamentos.*

N.º 123/XIV/1.ª (PEV) — *Criação de subsídio para vítimas de violência que são obrigadas a abandonar o seu lar.*

Projetos de Resolução (n.ºs 97 a 113/XIV/1.ª):

N.º 97/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que torne pública a lista dos edifícios onde se prestam serviços públicos contendo amianto e o cronograma completo para a remoção.

N.º 98/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre a sustentabilidade do olival em sebe.

N.º 99/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a preparação de medidas concretas, e com carácter permanente, que visem minorar os efeitos da seca.

N.º 100/XIV/1.ª (PEV) — Pela abolição de portagens na A23.

N.º 101/XIV/1.ª (PEV) — Recomenda ao Governo a contratação de auxiliares de ação educativa.

N.º 102/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em todo o território nacional.

N.º 103/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento dos agrupamentos e escolas não agrupadas.

N.º 104/XIV/1.ª (PEV) — Promoção efetiva dos transportes coletivos em todo o território nacional.

N.º 105/XIV/1.ª (BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce.

N.º 106/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas para diminuir o prazo de resposta do Centro Nacional de Pensões e garantir o acesso atempado às pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

N.º 107/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude e desenvolva condições para o aumento das deduções dos encargos com os transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior.

N.º 108/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que salvaguarde a qualidade do serviço público postal universal.

N.º 109/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a continuidade de medidas com vista à eliminação dos constrangimentos que ainda existem no processamento de pensões.

N.º 110/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos.

N.º 111/XIV/1.ª (PAN) — Pelo reconhecimento e qualificação do pessoal de apoio educativo da escola pública.

N.º 112/XIV/1.ª (PAN) — Assegura a autonomia das instituições do Serviço Nacional de Saúde na contratação de recursos humanos.

N.º 113/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento atualizado e transversal de matérias a prever na criação do Estatuto dos Antigos Combatentes, com vista ao desenvolvimento de novo regime jurídico próprio que atenda à sua especificidade e necessidades.

Projeto de Deliberação n.º 3/XIV/1.ª (CDS-PP):

Criação de um conselho consultivo do mundo rural.

(a) Publicado em Suplemento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 19 — SUPLEMENTO (2019.11.22)

SUMÁRIO

Resoluções:

— Designação dos membros do Conselho de Estado eleitos pela Assembleia da República.

— Eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

— Eleição para o Conselho Superior de Segurança Interna.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 100, 120 e 124 a 126/XIV/1.ª):

N.º 100/XIV/1.ª (Recuperação integral do tempo de serviço cumprido):

— Alteração do texto do projeto de lei.

N.º 120/XIV/1.ª — Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril):

— Alteração do título do projeto de lei.

N.º 124/XIV/1.ª (PAN) — Revoga o programa de autorizações de residência para atividade de investimento e estabelece a necessidade de elaboração de uma avaliação do seu impacto (procede à sétima alteração da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho).

N.º 125/XIV/1.ª (BE) — Termina com os prazos legais para a propositura de ação de investigação da paternidade e da maternidade (septuagésima primeira alteração ao Código Civil).

N.º 126/XIV/1.ª (L) — Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

Projetos de Resolução (n.ºs 15, 78, 114 a 121/XIV/1.ª):

N.º 15/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias ao alargamento da ADSE a todos os portugueses, independentemente de terem ou não um vínculo laboral ao Estado):

— Alteração do texto do projeto de resolução.

N.º 78/XIV/1.ª — Valorização da Comissão Nacional para a Proteção de Animais Utilizados para Fins Científicos:

— Alteração do título e texto do projeto de resolução.

N.º 114/XIV/1.ª (PCP) — Por uma resposta pública, articulada e descentralizada de prevenção e combate à violência sobre as mulheres.

N.º 115/XIV/1.ª (CDS-PP) — Criação de um conselho consultivo do mundo rural.

N.º 116/XIV/1.ª (PCP) — Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e Reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel.

N.º 117/XIV/1.ª (CH) — Assegurar o acesso a todos os idosos a uma de residências geriátricas.

N.º 118/XIV/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atribuição do estatuto de profissão de desgaste rápido e o subsídio de risco às forças de segurança.

N.º 119/XIV/1.ª (CH) — Pelo reforço do investimento e valorização das forças de segurança.

N.º 120/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo.

N.º 121/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225.

Projeto de Deliberação n.º 4/XIV/1.ª (PAR):

Composição das Delegações da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais na XIV Legislatura.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 83 e 127 a 129/XIV/1.ª):

N.º 83/XIV/1.ª (BE) — Proíbe o uso não profissional de produtos contendo glifosato (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio):

— Alteração do título e texto do projeto de lei. (1)

N.º 127/XIV/1.ª (IL) — Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a segurança social (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou o Código do Trabalho).

N.º 128/XIV/1.ª (PSD) — Criação do programa «Mulher Migrante».

N.º 129/XIV/1.ª (PSD) — Define um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro.

Projetos de Resolução (n.ºs 122 a 127/XIV/1.ª):

N.º 122/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que apoiem a rede de farmácias comunitárias.

N.º 123/XIV/1.ª (IL) — Pela não implementação de obrigatoriedade de permanência dos médicos no Serviço Nacional de Saúde após formação especializada.

N.º 124/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a criação de um plano de incentivo à fixação em Portugal de cidadãos nacionais afetados por graves crises nos seus países de residência.

N.º 125/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a promoção do contingente de acesso ao ensino superior aos jovens portugueses no estrangeiro.

N.º 126/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que elabore um programa de mentoria para jovens emigrantes, em estreita cooperação com o IEFP e os consulados portugueses.

N.º 127/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que apoie a criação de um portal do emigrante e de um guia de regresso do emigrante.

(¹) Título e texto iniciais substituídos a pedido do autor da iniciativa a 27 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 16 \(2019.11.19\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 22 (2019.11.29)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 127 e 130 a 132/XIV/1.ª):

N.º 127/XIV/1.ª [Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a segurança social (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou o Código do Trabalho)]:

— Alteração do texto do projeto de lei. (¹)

N.º 130/XIV/1.ª (PEV) — Consagra a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a eliminação da caducidade da contratação coletiva (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 131/XIV/1.ª (PAN) — Lei de Bases do Clima.

N.º 132/XIV/1.ª (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro).

Projetos de Resolução (n.ºs 128 a 134/XIV/1.ª):

N.º 128/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a manutenção do financiamento à Bienal de Vila Nova de Cerveira.

N.º 129/XIV/1.ª (PEV) — Pelo fim da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na área denominada «Batalha e Pombal».

N.º 130/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados.

N.º 131/XIV/1.ª (PEV) — Abolição de portagens na A24.

N.º 132/XIV/1.ª (PEV) — Abolição de portagens na A25.

N.º 133/XIV/1.ª (PEV) — Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225.

N.º 134/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova uma avaliação do princípio da convergência das taxas aeroportuárias.

(1) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 29 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 21 \(2019.11.28\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 23 (2019.12.03)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 5-PL/2019: (*)

Composição das Delegações da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais na XIV Legislatura.

Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.ª (Iniciativa legislativa de cidadãos):

Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica – Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 agosto –, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho – Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto – e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro – Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro.

Proposta de Lei n.º 1/XIV/1.ª (GOV):

Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341.

Projetos de Resolução (n.ºs 135 a 138/XIV/1.ª):

N.º 135/XIV/1.ª (BE) — Investimento na rede ferroviária no distrito de Braga.

N.º 136/XIV/1.ª (BE) — Alarga a oferta de serviços de programas na TDT.

N.º 137/XIV/1.ª (CH) — Pela assinatura das portarias em falta na legislação referente às Terapêuticas Não Convencionais e redefinição nominal da atividade.

N.º 138/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, 22 de fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos.

() Publicado em Suplemento.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 23 — SUPLEMENTO (2019.12.03)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 5-PL/2019:

Composição das Delegações da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais na XIV Legislatura.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 24 (2019.12.04)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 6, 21, 27, 37, 57, 88, 108, 109, 113, 115, 116, 119, 120, 122, 134 a 140/XIV/1.ª):

N.º 6/XIV/1.ª (Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca):

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 21/XIV/1.^a (Altera a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos):

— Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 27/XIV/1.^a (Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro):

— Parecer da Comissão de Defesa Nacional e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 37/XIV/1.^a (Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada):

— Parecer da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 57/XIV/1.^a [Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e alarga os direitos dos antigos combatentes, antigos militares e deficientes das Forças Armadas (procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à primeira alteração da Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro)].

— Parecer da Comissão de Defesa Nacional e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 88/XIV/1.^a (Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal):

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 108/XIV/1.^a [Atualiza a listagem de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos e torna público o respetivo plano de calendarização da monitorização e das ações corretivas (primeira alteração à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro)]:

— Vide Projeto de Lei n.º 21/XIV/1.^a.

N.º 109/XIV/1.^a (Regula as relações laborais na advocacia):

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 113/XIV/1.^a (Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade):

— Vide parecer do Projeto de Lei n.º 88/XIV/1.^a e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 115/XIV/1.^a (Determina a remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos):

— Vide Projeto de Lei n.º 21/XIV/1.^a.

N.º 116/XIV/1.^a (Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos):

— Vide Projeto de Lei n.º 37/XIV/1.^a.

N.º 119/XIV/1.^a [Alarga o prazo de garantia na venda de bens móveis de consumo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril)]:

— Vide Projeto de Lei n.º 37/XIV/1.^a.

N.º 120/XIV/1.^a [Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril, e ao Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de maio)]:

— Vide Projeto de Lei n.º 37/XIV/1.^a.

N.º 122/XIV/1.^a (Remoção e erradicação de amianto em edifícios, instalações e equipamentos):

— Vide Projeto de Lei n.º 21/XIV/1.^a.

N.º 134/XIV/1.^a (PAN) — Visa a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos que sirvam unicamente para a captura de aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética.

N.º 135/XIV/1.^a (PCP) — Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (terceira alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal).

N.º 136/XIV/1.ª (BE) — Elimina o fator de sustentabilidade das pensões, repõe a idade legal de reforma nos 65 anos e consagra a redução personalizada da idade da reforma para trabalhadores com 40 ou mais anos de descontos (décima alteração ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio).

N.º 137/XIV/1.ª (BE) — Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho).

N.º 138/XIV/1.ª (BE) — Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho).

N.º 139/XIV/1.ª (BE) — Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro).

N.º 140/XIV/1.ª (BE) — Cria o sistema de acesso à conta básica universal.

Proposta de Lei n.º 2/XIV/1.ª (GOV):

Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Projetos de Resolução (n.ºs 139 a 143/XIV/1.ª):

N.º 139/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que cesse o incumprimento da Diretiva «Habitats» e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação.

N.º 140/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que institua um regime de moratória temporário para a caça da rola-comum.

N.º 141/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que integre nos planos globais de gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional.

N.º 142/XIV/1.ª (BE) — Pela requalificação de toda a linha do Alentejo, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca/Beja/Funcheira e a reativação do ramal ferroviário de Aljustrel.

N.º 143/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a elaboração de orientações para a política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 25 (2019.12.05)

SUMÁRIO

Resolução: (¹)

Recomenda ao Governo que contabilize a avaliação obtida pelos ex-militares para efeitos do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Projeto de Regimento n.º 5/XIV/1.ª (CDS-PP):

Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República.

Projetos de Lei (n.ºs 120 e 141 a 143/XIV/1.ª):

N.º 120/XIV/1.ª — Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril):

— Segunda alteração do projeto de lei. (²)

N.º 141/XIV/1.ª (PEV) — Relações de trabalho dentro da Infraestruturas de Portugal, SA (alteração ao

Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio).

N.º 142/XIV/1.ª (PEV) — Limita o período de fidelização nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas.

N.º 143/XIV/1.ª (CDS-PP) — Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de Convenção dos Direitos da Criança (quarta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro).

Projetos de Resolução (n.ºs 84 e 144 a 146/XIV/1.ª):

N.º 84/XIV/1.ª (Pelo direito ao cartão de cidadão para as pessoas em situação de sem abrigo):

— Alteração do texto do projeto de resolução. (³)

N.º 144/XIV/1.ª (PSD) — Criação do Estatuto «Estudante-Voluntário».

N.º 145/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de um Regime de Incentivos para lusodescendentes e portugueses emigrados que pretendam frequentar instituições de ensino superior públicas em Portugal.

N.º 146/XIV/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a reintrodução da obrigatoriedade de análise custo-benefício para concessão de parcerias público-privadas (PPP).

(¹) Publicado em Suplemento.

(²) Título inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 26 de novembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 19](#) (2019.11.22)] e texto substituído em 5 de dezembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 20](#) (2019.11.27)].

(³) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 5 de dezembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 16](#) (2019.11.19)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 25 — SUPLEMENTO (2019.12.05)

SUMÁRIO

Resolução:

Recomenda ao Governo que contabilize a avaliação obtida pelos ex-militares para efeitos do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP).

DAR — II SÉRIE-A — N.º 26 (2019.12.09)

SUMÁRIO

Resoluções: (*)

— Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos e que tome medidas com vista à respetiva remoção.

— Recomenda ao Governo a publicação da portaria para o reconhecimento de especialistas em física médica.

Projetos de Lei (n.ºs 144 a 145/XIV/1.ª):

N.º 144/XIV/1.ª (CH) — Agravação das molduras penais privativas de liberdade para as condutas que configurem os crimes de abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e atos sexuais com adolescentes e criação da pena acessória de castração química.

N.º 145/XIV/1.ª (PAN) — Determina a restrição da realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior.

Projetos de Resolução (n.ºs 147 a 152/XIV/1.ª):

N.º 147/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome medidas para o desenvolvimento da geriatria.

N.º 148/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece o calendário para a instituição em concreto das regiões administrativas durante o ano de 2021.

N.º 149/XIV/1.ª (CH) — Pela reposição da legalidade inerente ao ISV cobrado aos veículos usados provenientes de outro Estado-Membro da UE.

N.º 150/XIV/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que não efetue quaisquer contribuições adicionais para o Fundo de Resolução.

N.º 151/XIV/1.ª (BE) — Alteração da Portaria sobre a comparticipação de fórmulas que se destinem a crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV).

N.º 152/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a requalificação da escola básica 2, 3 Dr. António Augusto Louro, Agrupamento de escolas Dr. António Augusto Louro.

(*) Publicadas em Suplemento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 26 — SUPLEMENTO (2019.12.09)

SUMÁRIO

Resoluções:

— Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos e que tome medidas com vista à respetiva remoção.

— Recomenda ao Governo a publicação da portaria para o reconhecimento de especialistas em física médica.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 27 (2019.12.10)

SUMÁRIO

Projeto de Regimento n.º 6/XIV/1.ª (PAN):

Procede à quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto.

Projetos de Lei (n.ºs 146 a 148/XIV/1.ª):

N.º 146/XIV/1.ª (PEV) — Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, determinando o impedimento de colheita mecanizada noturna de azeitona, com vista à preservação da avifauna.

N.º 147/XIV/1.ª (PCP) — Institui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos como Laboratório Nacional do Medicamento.

N.º 148/XIV/1.ª (CDS-PP) — Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde.

Projetos de Resolução (n.ºs 153 a 158/XIV/1.ª):

N.º 153/XIV/1.ª (PEV) — Sobre a aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, relativa a centros de recolha oficial de animais e proibição de abate de animais errantes.

N.º 154/XIV/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao estrangeiro durante o mês de dezembro:

— Texto do projeto de resolução, mensagem do Presidente da República e parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

N.º 155/XIV/1.ª (CH) — Reversão do presente acordo ortográfico e regresso à grafia antiga.

N.º 156/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo sobre uma eventual integração

da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na segurança social.

N.º 157/XIV/1.ª (BE) — Construção do novo hospital de Barcelos.

N.º 158/XIV/1.ª (PAN) — Pelo final da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos nas áreas da Batalha e de Pombal.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 28 (2019.12.11)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1 a 3, 29, 52, 87, 92, 93, 107, 110, 114, 117, 118, 121, 123, 126 e 149 a 163/XIV/1.ª):

N.º 1/XIV/1.ª [Reconhece as crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica enquanto vítimas desse crime (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e quadragésima sétima alteração ao Código Penal)]:

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 2/XIV/1.ª [Torna obrigatória, nos casos de violência doméstica, a recolha de declarações para memória futura das vítimas (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas)]:

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 3/XIV/1.ª [Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro)]:

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 29/XIV/1.ª [Redução da taxa de IRC (procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro)]:

— Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 52/XIV/1.ª (Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança, excecionando-se o decretamento deste regime aos casos de abuso infantil, negligência e violência doméstica):

— Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 87/XIV/1.ª (Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores):

— Vide parecer do Projeto de Lei n.º 52/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 92/XIV/1.ª (Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica):

— Vide parecer do projeto de Lei n.º 1/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 93/XIV/1.ª (Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público):

— Vide parecer do projeto de Lei n.º 2/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 107/XIV/1.ª (Septuagésima sexta alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, alterando o regime do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, de forma a clarificar que o tribunal pode determinar a residência alternada do filho com cada um dos progenitores sempre que tal corresponda ao superior interesse do menor):

— Vide parecer do Projeto de Lei n.º 52/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 110/XIV/1.ª (Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio

separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento):

— *Vide parecer do Projeto de Lei n.º 52/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 114/XIV/1.ª (Altera o Código Civil, prevendo o regime de residência alternada da criança na regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento):

— *Vide parecer do Projeto de Lei n.º 52/XIV/1.ª e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 117/XIV/1.ª [Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro)]:

— *Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 118/XIV/1.ª [Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade)]:

— *Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 121/XIV/1.ª (Aprova o Estatuto do Antigo Combatente):

— *Parecer da Comissão de Defesa Nacional e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 123/XIV/1.ª (Criação de subsídio para vítimas de violência que são obrigadas a abandonar o seu lar):

— *Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 126/XIV/1.ª [Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade)]:

— *Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 149/XIV/1.ª (PCP) — Plano de intervenção para a construção, requalificação e modernização do edifício escolar.

N.º 150/XIV/1.ª (PCP) — Lei de programação plurianual de investimento para os estabelecimentos do SNS.

N.º 151/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece o regime para a reposição de freguesias extintas.

N.º 152/XIV/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (primeira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior).

N.º 153/XIV/1.ª (PCP) — Financiamento do ensino superior público.

N.º 154/XIV/1.ª (PCP) — Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior.

N.º 155/XIV/1.ª (PCP) — Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento.

N.º 156/XIV/1.ª (PCP) — Faixas de salvaguarda e regime de avaliação de incidências ambientais (AlncA) de explorações agrícolas em regime intensivo e superintensivo.

N.º 157/XIV/1.ª (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação.

N.º 158/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça à raposa, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

N.º 159/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça ao saca-rabos, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

N.º 160/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça ao melro, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

N.º 161/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça à gralha-preta, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

N.º 162/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça ao gaio, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

N.º 163/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe a caça à pega-rabuda e exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto.

Proposta de Lei n.º 3/XIV/1.ª (GOV):

Aprova o Estatuto de Antigo Combatente.

Projetos de Resolução (n.ºs 52, 58, 130 e 159 a 166/XIV/1.ª):

N.º 52/XIV/1.ª (Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água):

— Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 58/XIV/1.ª (PEV) — (Plano de ação para controlo do jacinto-de-água):

— Vide Projeto de Resolução n.º 52/XIV/1.ª.

N.º 130/XIV/1.ª (PSD) — (Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados):

— Vide Projeto de Resolução n.º 52/XIV/1.ª.

N.º 159/XIV/1.ª (PCP) — Estudo de Avaliação sobre as extensas áreas de produção agrícola em regime intensivo e superintensivo.

N.º 160/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a realização de um programa de emergência para o reforço da resposta pública ao nível do Património Cultural e a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos.

N.º 161/XIV/1.ª (PCP) — Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos.

N.º 162/XIV/1.ª (PCP) — Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes.

N.º 163/XIV/1.ª (PCP) — Pelo investimento e gestão pública na rede viária fundamental – reinício urgente das obras do IP2 e IP8 e fim da PPP rodoviária Baixo Alentejo.

N.º 164/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado.

N.º 165/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo suspenda as obras no Porto de Setúbal até conclusão de questões ambientais e económicas.

N.º 166/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que possibilite a execução da totalidade da dotação orçamental de 2019 destinada a despesas com pessoal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 29 (2019.12.13)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 164 a 168/XIV/1.ª):

N.º 164/XIV/1.ª (BE) — Determina a isenção do pagamento do atestado médico de incapacidade multiusos e determina o deferimento da atribuição da prestação social de inclusão a partir da data de emissão do atestado de incapacidade multiusos.

N.º 165/XIV/1.ª (BE) — Redução da idade da reforma das pessoas com deficiência.

N.º 166/XIV/1.ª (BE) — Estabelecimento de um prazo para o acesso efetivo ao financiamento da aquisição de produtos de apoio por pessoas com deficiência.

N.º 167/XIV/1.ª (BE) — Isenção de propinas em todos os ciclos de estudos do ensino superior para estudantes com deficiência.

N.º 168/XIV/1.ª (PEV) — Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível.

Projetos de Resolução (n.ºs 167 a 173/XIV/1.ª):

N.º 167/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações.

N.º 168/XIV/1.ª (BE) — Moratória à venda ou cessão de património do Estado em cidades em carência

habitacional.

N.º 169/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que continue a adotar uma política de redução dos valores das taxas de portagens.

N.º 170/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a publicação dos comentários gerais do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

N.º 171/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro.

N.º 172/XIV/1.ª (PCP) — Construção de unidade de saúde do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro.

N.º 173/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento na área da Intervenção Precoce.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 30 (2019.12.16)

SUMÁRIO

Propostas de Lei (n.ºs 4 a 6/XIV/1.ª):

N.º 4/XIV/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020:

— Texto da proposta de lei.

— Parecer do Conselho Económico e Social.

N.º 5/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020:

— Texto da proposta de lei.

— Mapas de I a XXI (a).

— Relatório (b).

N.º 6/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023.

(a) Publicados em Suplemento.

(b) Publicado em 2.º Suplemento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 30 — SUPLEMENTO (2019.12.16)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020:

Mapa I – Receitas dos serviços integrados, por classificação económica.

Mapa II – Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos.

Mapa III – Despesas dos serviços integrados por classificação funcional.

Mapa IV – Despesas dos serviços integrados, por classificação económica.

Mapa V – Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas globais de cada serviço e fundo.

Mapa VI – Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação económica.

Mapa VII – Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das despesas globais de cada serviço e fundo.

Mapa VIII – Despesas dos serviços e fundos autónomos por classificação funcional.

Mapa IX – Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação económica.

Mapa X – Orçamento da Segurança Social – 2020 – Receitas da Segurança Social por classificação económica.

Mapa XI – Orçamento da Segurança Social – 2020 – Despesas da Segurança Social por classificação funcional.

Mapa XII – Orçamento da Segurança Social – 2020 – Despesas da Segurança Social por classificação económica.

Mapa XIII – Orçamento da Segurança Social – 2020 – Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por classificação económica.

Mapa XIV – Orçamento da Segurança Social – 2020 – Despesa de cada Subsistema da Segurança Social por classificação económica.

Mapa XV – Despesas correspondentes a programas.

Mapa XVI – Repartição regionalizada dos programas e medidas.

Mapa XVII – Responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupadas por ministérios.

Mapa XVIII – Transferências para as regiões autónomas.

MAPA XIX – Transferências para os municípios – Participação dos municípios nos impostos do Estado – 2020.

Mapa XX – Transferências para as freguesias – Participação das freguesias nos impostos do Estado – 2020.

Mapa XXI – Receitas tributárias cessantes dos serviços integrados.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 30 — 2.º SUPLEMENTO (2019.12.16)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020:
— Relatório.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 31 (2019.12.17)

SUMÁRIO

Resolução: (*)

Deslocação do Presidente da República ao estrangeiro durante o mês de dezembro.

Projeto de Regimento n.º 5/XIV/1.ª (Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República):
— Alteração do texto do projeto de regimento. (¹)

Projetos de Lei (n.ºs 169 e 170/XIV/1.ª):

N.º 169/XIV/1.ª (PAN) — *Determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações «discretas» em sede de obrigações declarativas (primeira alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho).*

N.º 170/XIV/1.ª (PCP) — *Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (segunda alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho).*

Projeto de Resolução n.º 174/XIV/1.ª (PCP):

Programa de Valorização dos Profissionais de Saúde.

(*) Publicado em Suplemento.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 16 de dezembro de 2019 [Vide [DAR II Série-A n.º 25 \(2019.12.05\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 31 — SUPLEMENTO (2019.12.17)

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República ao estrangeiro durante o mês de dezembro.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 32 (2019.12.18)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 9, 31, 39, 54, 70, 77, 78, 81 a 85, 90, 96 a 98, 100 e 171 a 174/XIV/1.ª):

N.º 9/XIV/1.ª (*Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos*):

— *Alteração do texto do projeto de lei.*

N.º 31/XIV/1.ª (*Alarga a abrangência a novos produtos da rotulagem para os alimentos que contém transgénicos*):

— *Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 39/XIV/1.ª (*Impede a comercialização e a utilização de medicamentos veterinários, de uso pecuário, contendo diclofenac*):

— *Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 54/XIV/1.ª (*Interdita a comercialização de medicamentos veterinários cujo princípio ativo seja o diclofenac*):

— *Vide Projeto de Lei n.º 39/XIV/1.ª.*

N.º 70/XIV/1.ª (*Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT*):

— *Parecer da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 77/XIV/1.ª (*Determina a obrigatoriedade de proceder a análise mensal das águas destinadas a consumo humano a fim de verificar da presença de glifosato*):

— *Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 78/XIV/1.ª (*Visa a não comercialização de herbicidas com glifosato para usos não profissionais*):

— *Vide Projeto de Lei n.º 77/XIV/1.ª.*

N.º 81/XIV/1.ª [*Determina a obrigatoriedade de análise à presença de glifosato na água destinada ao consumo humano (terceira alteração ao Regime da Qualidade da Água Destinada ao Consumo Humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto)*]:

— *Vide Projeto de Lei n.º 77/XIV/1.ª.*

N.º 82/XIV/1.ª [*Proíbe a aplicação de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação (segunda alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril)*]:

— *Vide Projeto de Lei n.º 77/XIV/1.ª.*

N.º 83/XIV/1.ª [*Proíbe o uso não profissional de produtos contendo glifosato (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro)*]:

— *Vide Projeto de Lei n.º 77/XIV/1.ª.*

N.º 84/XIV/1.ª (*Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT*):

— *Parecer da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 85/XIV/1.ª (*Contabilização de dias de serviço para efeitos de proteção social dos docentes colocados em horários incompletos*):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 90/XIV/1.ª (Prevê a melhoria do sistema de identificação do fim funcional de equídeos com vista à sua proteção):

— Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 96/XIV/1.ª (Cria a Rede de Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Selvagens e Exóticos):

— Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 97/XIV/1.ª (Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 98/XIV/1.ª (Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 100/XIV/1.ª (Recuperação integral do tempo de serviço cumprido):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 171/XIV/1.ª (PCP) — Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais.

N.º 172/XIV/1.ª (PCP) — Modernização do regime de atividade do sector do táxi (nona alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto).

N.º 173/XIV/1.ª (PAN) — Diminui o período máximo de fidelização no âmbito das comunicações eletrónicas e introduz novos elementos obrigatórios ao contrato.

N.º 174/XIV/1.ª (BE, PS, PCP, PSD, CDS-PP, PAN e PEV) — Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto.

Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.ª (GOV):

Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) 2018/1910 e 2019/475.

Projetos de Resolução (n.ºs 139, 164, 175 e 176/XIV/1.ª):

N.º 139/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que cesse o incumprimento da Diretiva «Habitats» e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação):

— Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 164/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado):

— Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 175/XIV/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Moçambique:

— Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.

N.º 176/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano de desenvolvimento do Metro do Porto para a próxima década.

Projeto de Deliberação n.º 5/XIV/1.ª (PAR):

Processo orçamental na Assembleia da República.

SUMÁRIO

Resolução: (a)

Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos em todo o território nacional.

Projetos de Lei (n.ºs 11, 89, 91, 95, 102 e 111/XIV/1.ª):

N.º 11/XIV/1.ª [Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)]:

— Parecer da Comissão de Trabalho e Segurança Social e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 89/XIV/1.ª (Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário):

— Vide Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.ª.

N.º 91/XIV/1.ª (Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica):

— Parecer da Comissão de Trabalho e Segurança Social e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 95/XIV/1.ª (Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente):

— Vide Projeto de Lei n.º 91/XIV/1.ª.

N.º 102/XIV/1.ª (Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica):

— Vide Projeto de Lei n.º 91/XIV/1.ª.

N.º 111/XIV/1.ª [Acresce em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade), e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente)]:

— Vide Projeto de Lei n.º 91/XIV/1.ª.

Projetos de Resolução (n.ºs 177 e 178/XIV/1.ª):

N.º 177/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que avalie a aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, de modo a garantir a segurança das pessoas.

N.º 178/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal.

(a) Publicado em Suplemento.

SUMÁRIO

Resolução:

Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos em todo o território nacional.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 34 (2019.12.23)

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

- *Eleição para a Comissão Nacional de Eleições.*
- *Eleição para o Conselho Superior do Ministério Público.*
- *Deslocação do Presidente da República a Moçambique.*

Projetos de Lei (n.ºs 175 e 176/XIV/1.ª):

N.º 175/XIV/1.ª (PAN) — *Cria um observatório na comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto).*

N.º 176/XIV/1.ª (PS) — *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, permitindo a aplicação do sistema de carreiras aos trabalhadores do Quadro de Pessoal Transitório.*

Proposta de Lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV):

Adapta os regimes sancionatórios previstos no Regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos.

Projetos de Resolução (n.ºs 179 e 180/XIV/1.ª):

N.º 179/XIV/1.ª (PS) — *Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento para conclusão da vinculação da República Portuguesa ao Protocolo Adicional de 2014 sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho.*

N.º 180/XIV/1.ª (IL) — *Pela não atribuição de subsídios públicos aos órgãos de comunicação social, mantendo a Imprensa independente e como contrapoder ao Estado.*

(a) *Publicadas em Suplemento.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 34 — SUPLEMENTO (2019.12.23)

SUMÁRIO

Resoluções:

- *Eleição para a Comissão Nacional de Eleições.*
 - *Eleição para o Conselho Superior do Ministério Público.*
 - *Deslocação do Presidente da República a Moçambique.*
-

DAR — II SÉRIE-A — N.º 35 (2019.12.30)

SUMÁRIO

Projetos de Resolução (n.ºs 181 a 186/XIV/1.ª):

N.º 181/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo a construção de uma nova escola básica (2.º e 3.º ciclos) da Trafaria.*

N.º 182/XIV/1.ª (BE) — *Pela criação de um grupo de recrutamento da área do teatro.*

N.º 183/XIV/1.ª (BE) — *Pela melhoria das condições da barra de Esposende.*

N.º 184/XIV/1.^a (CH) — *Recomenda ao Governo que, antes de qualquer legislação relativa à morte medicamente assistida, implemente efetivamente a rede de cuidados paliativos legalmente prevista.*

N.º 185/XIV/1.^a (CH) — *Pela otimização do processo de prevenção e sancionamento das infrações ambientais.*

N.º 186/XIV/1.^a (CH) — *Alargamento da Rede de Creches Públicas e apoio às famílias quando não existam respostas no setor público.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 36 (2020.01.02)

SUMÁRIO

Decreto da Assembleia da República n.º 1/XIV:

Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto.

Deliberação n.º 6-PL/2019:

Processo Orçamental na Assembleia da República.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 37 (2020.01.07)

SUMÁRIO

Projeto de Regimento n.º 7/XIV/1.^a (IL):

Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a regulamentar a emissão de votos.

Projetos de Lei (n.ºs 86, 177 e 178/XIV/1.^a):

N.º 86/XIV/1.^a (*Visa a proteção das espécies de aves migratórias e invernantes através da interdição da colheita mecanizada de azeitonas em período noturno*):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 177/XIV/1.^a (PAN) — *Altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, tornando mais eficaz o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e garantindo o acesso mais rápido a estes produtos.*

N.º 178/XIV/1.^a (CH) — *Altera o Código Penal no seu artigo 274.º (Incêndio Florestal) agravando as molduras penais aplicáveis aos sujeitos que preencham os requisitos desta conduta criminosa e introduzindo o artigo 274.º-B, consagrando a possibilidade de substituição da indemnização a pagar ao Estado e demais lesados pela imposição de trabalho comunitário em prol da reflorestação da área ardida e/ou da reconstrução do património destruído.*

Proposta de Lei n.º 9/XIV/1.^a (ALRAM):

Pela justa equiparação da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, na aplicação da taxa reduzida do IVA à reabilitação de edifícios para habitação social.

Projetos de Resolução (n.ºs 175 e 187 a 191/XIV/1.^a):

N.º 175/XIV/1.^a (*Deslocação do Presidente da República a Moçambique*):

— *Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.*

N.º 187/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira.

N.º 188/XIV/1.ª (PAN) — Por uma rede de bancos de leite materno em Portugal e melhor acesso a alternativas participadas.

N.º 189/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que formalize a constituição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do SAPA, garantindo a efetiva simplificação e desburocratização do processo de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência.

N.º 190/XIV/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Jerusalém:

— *Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.*

N.º 191/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a imposição de normas antiabuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 38 (2020.01.08)

SUMÁRIO

Resoluções:

— *Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos.*

— *Orçamento da Assembleia da República para 2020.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 39 (2020.01.09)

SUMÁRIO

Propostas de Lei (n.ºs 4, 5 e 6/XIV/1.ª):

N.º 4/XIV/1.ª (Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020):

— *Relatório final da Comissão de Orçamento e Finanças, incluindo nota técnica elaborada pelos serviços de apoio e pareceres das diversas comissões especializadas, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do Conselho Económico e Social (CES).*

N.º 5/XIV/1.ª (Aprova o Orçamento do Estado para 2020):

— *Relatório final da Comissão de Orçamento e Finanças, contendo os pareceres das diversas comissões especializadas, da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), do Conselho das Finanças Públicas, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) (a).*

N.º 6/XIV/1.ª (Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023):

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças, incluindo nota técnica elaborada pelos serviços de apoio e pareceres das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional, de Assuntos Europeus, de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e de Saúde. (b)*

(a) Publicado em Suplemento.

(b) Publicado em 2.º Suplemento.

SUMÁRIO

Estado para 2020):

— *Relatório final da Comissão de Orçamento e Finanças, contendo os pareceres das diversas comissões especializadas, da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), do Conselho das Finanças Públicas, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).*

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 6/XIV/1.ª (Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023):

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças, incluindo nota técnica elaborada pelos serviços de apoio e pareceres das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional, de Assuntos Europeus, de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e de Saúde.*

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 179 e 180/XIV/1.ª):

N.º 179/XIV/1.ª (BE) — *Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro).*

N.º 180/XIV/1.ª (BE) — *Aprova o Estatuto do Antigo Combatente.*

Projetos de Resolução (n.ºs 52, 58, 130, 188 e 190/XIV/1.ª):

N.º 52/XIV/1.ª (Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água):

— *Texto final da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.*

N.º 58/XIV/1.ª (Plano de ação para controlo do jacinto-de-água):

— *Vide Projeto de Resolução n.º 52/XIV/1.ª.*

N.º 130/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados):

— *Vide Projeto de Resolução n.º 52/XIV/1.ª.*

N.º 188/XIV/1.ª (Por uma rede de bancos de leite materno em Portugal e melhor acesso a alternativas participadas):

— *Alteração do texto do projeto de resolução. (*)*

N.º 190/XIV/1.ª (Deslocação do Presidente da República a Jerusalém):

— *Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.*

Projeto de Deliberação n.º 6/XIV/1.ª (PAR):

Suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares durante o Processo Orçamental.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 10 de janeiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 37](#) (2020.01.07)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 41 (2020.01.15)

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República a Jerusalém.

Deliberação n.º 1-PL/2020:

Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 42 (2020.01.17)

SUMÁRIO

Projetos de Resolução (n.ºs 161, 192 e 193/XIV/1.ª):

N.º 161/XIV/1.ª (Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos):

— Alteração do texto do projeto de resolução. ()*

N.º 192/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço dos serviços públicos nos concelhos de Odemira e Aljezur e a definição, no prazo máximo de um ano, da solução urbanística definitiva para a falta de oferta de habitação condigna.

N.º 193/XIV/1.ª (PEV) — Adoção dos mecanismos necessários com vista a impedir a compra do Grupo Media Capital pela Cofina, assim como a impedir conglomerados na área da comunicação social.

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 17 de janeiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 28](#) (2019.12.11)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 43 (2020.01.25)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 181 a 187/XIV/1.ª):

N.º 181/XIV/1.ª (PAN) — Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março).

N.º 182/XIV/1.ª (PEV) — Acesso e gratuidade da medicação de emergência adquirida pelos doentes com alergias graves.

N.º 183/XIV/1.ª (PAN) — Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados (altera o Código Penal).

N.º 184/XIV/1.ª (PAN) — Torna mais transparentes as regras de rotulagem relativas à presença de organismos geneticamente modificados em subprodutos de animais, refeições e produtos não embalados.

N.º 185/XIV/1.ª (PEV) — Consagra a terça-feira de carnaval como feriado nacional obrigatório (décima sexta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 186/XIV/1.ª (PSD) — Segunda alteração ao regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, adequando

a composição da Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos ao novo regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados.

N.º 187/XIV/1.ª (PS) — *Procede ao reforço do quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, cumprindo a Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e estabelece deveres de informação e de bloqueio automático de sites contendo pornografia de menores ou material conexo.*

Projetos de Resolução (n.ºs 194 a 199/XIV/1.ª):

N.º 194/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que elabore uma análise do impacto das culturas agrícolas intensivas e superintensivas nos recursos naturais, ecossistemas e saúde pública.*

N.º 195/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que institua um regime de moratória para a instalação de novas culturas intensivas e superintensivas.*

N.º 196/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo o reforço dos direitos dos consumidores através da inclusão nos rótulos de azeite do tipo de sistema agrícola: tradicional, intensivo ou superintensivo.*

N.º 197/XIV/1.ª (PS) — *Recomenda ao Governo a compatibilização do regime de flexibilização da idade de acesso à pensão com os atuais regimes específicos de acesso às pensões, nomeadamente quanto aos trabalhadores das pedreiras e das minas.*

N.º 198/XIV/1.ª (PSD) — *Faz várias recomendações ao Governo decorrentes da venda anunciada pela EDP, Energias de Portugal, SA, de seis barragens nos distritos de Bragança e Vila Real.*

N.º 199/XIV/1.ª (PEV) — *Construção de um lar de idosos em Sacavém, no concelho de Loures.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 44 (2020.01.31)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 188 a 193/XIV/1.ª):

N.º 188/XIV/1.ª (PAN) — *Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.*

N.º 189/XIV/1.ª (PAN) — *Altera o Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto, reforçando as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica.*

N.º 190/XIV/1.ª (BE) — *Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, «Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário».*

N.º 191/XIV/1.ª (PCP) — *Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais.*

N.º 192/XIV/1.ª (PCP) — *Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.*

N.º 193/XIV/1.ª (PSD) — *Aprova o Estatuto do Antigo Combatente.*

Propostas de Lei (n.ºs 10 a 12/XIV/1.ª):

N.º 10/XIV/1.ª (GOV) — *Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas.*

N.º 11/XIV/1.ª (GOV) — *Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822.*

N.º 12/XIV/1.ª (GOV) — *Transpõe a Diretiva (UE) 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo.*

Projetos de Resolução (n.ºs 200 a 239/XIV/1.ª):

N.º 200/XIV/1.ª (PAR) — *Deslocação do Presidente da República à Índia:*

— *Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.*

N.º 201/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que diligencie pelo reconhecimento das profissões referentes aos órgãos de polícia criminal como «profissões de desgaste rápido».*

N.º 202/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que diligencie pela atribuição do estatuto de «profissão de risco» e pagamento do subsídio de risco aos órgãos de polícia criminal.*

N.º 203/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que promova o reforço do contingente de efetivos e dos meios operacionais e equipamento das forças e serviços de segurança.*

N.º 204/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda a criação de um Comité Nacional para os Direitos da Criança, no cumprimento das recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e da Convenção dos Direitos das Crianças.*

N.º 205/XIV/1.ª (BE) — *Concurso extraordinário para provimento de lugares vagos das entidades integradas no Ministério da Cultura.*

N.º 206/XIV/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que avalie e pondere a readoção de um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário.*

N.º 207/XIV/1.ª (PAN) — *Pela criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce.*

N.º 208/XIV/1.ª (PAN) — *Reforça as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica.*

N.º 209/XIV/1.ª (PAN) — *Pela criação de um regime de vinculação e integração na carreira dos docentes da área do teatro e criação do respetivo grupo de recrutamento.*

N.º 210/XIV/1.ª (PAN) — *Garante o acesso das pessoas surdas ao Serviço Nacional de Saúde.*

N.º 211/XIV/1.ª (BE) — *Investir na coesão territorial e combater a desertificação do interior do País.*

N.º 212/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda a criação da carreira especial de agente único de transportes coletivos.*

N.º 213/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do novo hospital de Lagos.*

N.º 214/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que proceda à contratação de intérpretes de língua gestual portuguesa para o Serviço Nacional de Saúde.*

N.º 215/XIV/1.ª (BE) — *Construção de uma nova unidade de saúde no Alto Seixalinho, no concelho do Barreiro, e a atribuição de médico de família a todos os utentes.*

N.º 216/XIV/1.ª (BE) — *Redução do recurso do Serviço Nacional de Saúde a prestação de serviços e a convenionados, substituindo-os, respetivamente, pela contratação de profissionais e pelo reforço da resposta em meios complementares de diagnóstico.*

N.º 217/XIV/1.ª (BE) — *Valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde.*

N.º 218/XIV/1.ª (BE) — *Plataforma Digital em Sistema de Informação Geográfica (SIG).*

N.º 219/XIV/1.ª (BE) — *Fundo de compensação salarial para os pescadores profissionais de Esposende.*

N.º 220/XIV/1.ª (BE) — *Prepara os procedimentos para a criação das regiões administrativas.*

N.º 221/XIV/1.ª (BE) — *Pelo cancelamento dos contratos de prospeção e produção de hidrocarbonetos.*

N.º 222/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo a suspensão do projeto de expansão do Aeroporto Humberto Delgado e da construção do aeroporto complementar do Montijo e a realização de uma avaliação ambiental estratégica sobre as respostas necessárias à capacidade aeroportuária do País.*

N.º 223/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo programação de medidas de mobilidade e redução do uso do automóvel através de um plano de transportes intermodais, nomeadamente no que concerne a CP e Metro do Porto.*

N.º 224/XIV/1.ª (BE) — *Monitorização e avaliação do programa de apoio à esterilização de animais errantes e de companhia e da implementação da rede de centros de recolha oficiais.*

N.º 225/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo que desenvolva respostas habitacionais e sociais integradas para os trabalhadores agrícolas no perímetro de rega do Mira.*

N.º 226/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao Governo a implementação de uma moratória à caça da rola-comum que leve ao restabelecimento populacional da espécie.*

N.º 227/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda ao governo que impreterivelmente regulamente a legislação relativa a animais nos circos.*

N.º 228/XIV/1.ª (PCP) — *Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um plano de intervenção em barras e portos.*

N.º 229/XIV/1.ª (PCP) — *Em defesa do Serviço Público Postal, pela recuperação do controlo público dos*

CTT – Correios de Portugal, SA.

N.º 230/XIV/1.ª (PCP) — Mobilização do património público habitacional.

N.º 231/XIV/1.ª (PCP) — Pela célere construção do novo hospital de Lagos.

N.º 232/XIV/1.ª (PCP) — Pela melhoria do transporte ferroviário no distrito de Braga e a concretização da ligação direta Braga/Guimarães.

N.º 233/XIV/1.ª (PCP) — Pela salvaguarda do património e reabilitação da Casa da Pesca, em Oeiras (Lisboa).

N.º 234/XIV/1.ª (PCP) — Pela urgente conclusão das obras de requalificação da estrada nacional n.º 125.

N.º 235/XIV/1.ª (PCP) — Plano de Monitorização das populações de lobo-ibérico e das suas presas selvagens.

N.º 236/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação urgente da estrada nacional n.º 225.

N.º 237/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a realização de um plano de desenvolvimento do território nacional com medidas de valorização do interior e de combate ao abandono do mundo rural.

N.º 238/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a implementação e cumprimento de medidas de combate à obesidade.

N.º 239/XIV/1.ª (PEV) — Reforço de medidas com vista à proteção do lobo ibérico em Portugal.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 45 (2020.02.03)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 194 e 195/XIV/1.ª):

N.º 194/XIV/1.ª (PS) — Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal.

N.º 195/XIV/1.ª (IL) — Regula a antecipação do fim da vida, de forma digna, consciente e medicamente assistida.

Projetos de Resolução (n.ºs 200 e 240/XIV/1.ª):

N.º 200/XIV/1.ª (Deslocação do Presidente da República à Índia):

— Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

N.º 240/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que proceda à eliminação do «Pórtico de Neiva» na A28 da localização atual.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 46 (2020.02.05)

SUMÁRIO

Propostas de Lei (n.ºs 4, 6 e 13 a 15/XIV/1.ª):

N.º 4/XIV/1.ª (Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020):

— Relatório da discussão e votação na especialidade e texto final da Comissão de Orçamento e Finanças.

N.º 6/XIV/1.ª (Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023):

— Relatório da discussão e votação na especialidade e texto final da Comissão de Orçamento e Finanças.

N.º 13/XIV/1.ª (ALRAM) — Proceda à alteração do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro – Isenção das prestações de serviços efetuadas no exercício da profissão de médico-veterinário do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

N.º 14/XIV/1.ª (ALRAM) — Proceda à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção

Tributária e Aduaneira – Pelo direito das Regiões Autónomas à receita fiscal de IRC resultante dos rendimentos obtidos no seu território.

N.º 15/XIV/1.^a (ALRAM) — *Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro – Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 47 (2020.02.10)

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República à Índia.

Projetos de Resolução (n.ºs 35, 192 e 241/XIV/1.^a):

N.º 35/XIV/1.^a (*Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de saúde mental, em ambiente laboral, nas forças e serviços de segurança, criando um programa de promoção da resiliência psicológica dos operacionais*):

— *Alteração do texto do projeto de resolução. (¹)*

N.º 192/XIV/1.^a (*Recomenda ao Governo o reforço dos serviços públicos nos concelhos de Odemira e Aljezur e a definição, no prazo máximo de um ano, da solução urbanística definitiva para a falta de oferta de habitação condigna*):

— *Alteração do texto do projeto de resolução. (²)*

N.º 241/XIV/1.^a (BE) — *Recomenda ao Governo colocar em consulta pública os programas de ação do plano nacional de gestão integrada de fogos rurais.*

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 10 de fevereiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 10 \(2019.11.08\)](#)].

(²) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 6 de fevereiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 42 \(2020.01.17\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 48 (2020.02.11)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1236/XIII/4.^a e 13, 22, 24, 42, 135, 190, 196 e 197/XIV/1.^a):

N.º 1236/XIII/4.^a (*Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas*):

— *Parecer da Comissão de Cultura e Comunicação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 13/XIV/1.^a (*Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas*):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 22/XIV/1.^a (*Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos*):

— *Vide Projeto de Lei n.º 1236/XIII/4.^a.*

N.º 24/XIV/1.^a (*Determina a elaboração pelo Governo de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal, prévia à apresentação do OE, com vista à sua apresentação à Assembleia da República*):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 42/XIV/1.^a (*Redução de resíduos de embalagens*):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 135/XIV/1.ª [Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (terceira alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal)]:

— Parecer da Comissão de Cultura e Comunicação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 190/XIV/1.ª (Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, «Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário»):

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (¹)

N.º 196/XIV/1.ª (BE) — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio).

N.º 197/XIV/1.ª (BE) — Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais.

Propostas de Lei (n.ºs 1, 7 e 8/XIV/1.ª):

N.º 1/XIV/1.ª [Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341]:

— Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 7/XIV/1.ª [Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) 2018/1910 e 2019/475]:

— Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 8/XIV/1.ª (Adapta os regimes sancionatórios previstos no Regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos):

— Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

Projetos de Resolução (n.ºs 211, 233 e 242 a 251/XIV/1.ª):

N.º 211/XIV/1.ª — Investir na coesão territorial e combater o despovoamento do interior do País:

— Alteração do título e texto inicial do projeto de resolução. (²)

N.º 233/XIV/1.ª [Pela salvaguarda do património e reabilitação da Casa da Pesca, em Oeiras (Lisboa)]:

— Alteração do texto inicial do projeto de resolução. (¹)

N.º 242/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure uma participação determinante do Estado no capital social dos CTT – Correios de Portugal, SA.

N.º 243/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adequa as condições dos trabalhadores agrícolas no perímetro de rega da mira aos princípios fundamentais patentes na Constituição da República Portuguesa.

N.º 244/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à obesidade, através de ações de promoção da saúde e de prevenção da doença que apontem para estilos de vida saudáveis.

N.º 245/XIV/1.ª (IL) — Pela proximidade no acesso ao medicamento.

N.º 246/XIV/1.ª (IL) — Pela sustentabilidade no acesso ao medicamento.

N.º 247/XIV/1.ª (PAN) — Pela criação de um grupo de trabalho que promova o acompanhamento da lei que determina o fim dos abates e criação da Estratégia Nacional para os Animais Errantes.

N.º 248/XIV/1.ª (PAN) — Garantir um Serviço Nacional de Saúde de qualidade.

N.º 249/XIV/1.ª (PEV) — Suspensão da expansão do Aeroporto Humberto Delgado.

N.º 250/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a nacionalização dos CTT.

N.º 251/XIV/1.ª (BE) — Pela regulamentação da atividade de tripulante de cabine com vista à redução do desgaste resultante do exercício da atividade e à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 11 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 44 (2020.01.31)].

(²) Título e texto iniciais substituídos a pedido do autor da iniciativa a 11 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 44 (2020.01.31)].

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 80, 152, 153, 167, 180, 183, 193 e 198 a 202/XIV/1.ª):

N.º 80/XIV/1.ª (Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 152/XIV/1.ª [Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (primeira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)]:

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 153/XIV/1.ª (Financiamento do ensino superior público):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 167/XIV/1.ª (Isenção de propinas em todos os ciclos de estudos do ensino superior para estudantes com deficiência):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 180/XIV/1.ª (Aprova o Estatuto do Antigo Combatente):

— Parecer da Comissão de Defesa Nacional e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 183/XIV/1.ª [Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados (altera o Código Penal)]:

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (*)

N.º 193/XIV/1.ª (Aprova o Estatuto do Antigo Combatente):

— Parecer da Comissão de Defesa Nacional.

N.º 198/XIV/1.ª (PCP) — Cria um regime excecional para o Serviço Nacional de Saúde no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atrasos (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

N.º 199/XIV/1.ª (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o registo internacional de navios da Madeira (MAR).

N.º 200/XIV/1.ª (PCP) — Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador.

N.º 201/XIV/1.ª (BE) — Exclui as entidades do Serviço Nacional de Saúde do âmbito de aplicação da Lei dos compromissos (quinta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

N.º 202/XIV/1.ª (PS) — Procede à quinquagésima alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia.

Proposta de Lei n.º 3/XIV/1.ª (Aprova o Estatuto de Antigo Combatente):

— Parecer da Comissão de Defesa Nacional e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

Projetos de Resolução (n.ºs 252 a 258/XIV/1.ª):

N.º 252/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no sector da vigilância e limpeza.

N.º 253/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo o alargamento da resposta pública em cuidados paliativos.

N.º 254/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da Carreira de Agente Único de Transportes Coletivos.

N.º 255/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas transversais e integradas de apoio e incentivo à natalidade.

N.º 256/XIV/1.ª (IL) — *Pelo alargamento dos cuidados paliativos.*

N.º 257/XIV/1.ª (PCP) — *Recomenda a criação e operacionalização pelo Governo de um programa centralizado para a recuperação de segundas habitações nos concelhos afetados por grandes incêndios florestais ou outros eventos excecionais.*

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 13 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 43 (2020.01.25)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 50 (2020.02.14)

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

— *Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública na área da hemodiálise.*

— *Recomenda ao Governo que salvaguarde a qualidade do serviço público postal universal.*

Projetos de Lei (n.ºs 187 e 203 a 213/XIV/1.ª):

N.º 187/XIV/1.ª (Procede ao reforço do quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, cumprindo a Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e estabelece deveres de informação e de bloqueio automático de sites contendo pornografia de menores ou material conexo):

— *Alteração do texto inicial do projeto de lei. (*)*

N.º 203/XIV/1.ª (PAN) — *Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio.*

N.º 204/XIV/1.ª (PCP) — *Cria a Comissão de Desenvolvimento do Interior e do Mundo Rural.*

N.º 205/XIV/1.ª (PCP) — *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais.*

N.º 206/XIV/1.ª (PCP) — *Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários.*

N.º 207/XIV/1.ª (PCP) — *Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE, com a EP – Estradas de Portugal, SA, e da sua transformação na sociedade anónima com a denominação Infraestruturas de Portugal, SA.*

N.º 208/XIV/1.ª (PAN) — *Promove a redução de resíduos de embalagens e o aumento da taxa de reciclagem.*

N.º 209/XIV/1.ª (PAN) — *Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efetivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho).*

N.º 210/XIV/1.ª (BE) — *Institui a impenhorabilidade do imóvel próprio de habitação permanente (altera o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho).*

N.º 211/XIV/1.ª (BE) — *Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais.*

N.º 212/XIV/1.ª (BE) — *Interdita a ocorrência de voos civis noturnos, salvo aterragens de emergência ou outros motivos atendíveis.*

N.º 213/XIV/1.ª (PS) — *Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros.*

Projeto de Resolução n.º 258/XIV/1.ª (PS):

Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da EN225.

(a) Publicadas em Suplemento.

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 14 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 43

DAR — II SÉRIE-A — N.º 50 — SUPLEMENTO (2020.02.14)

SUMÁRIO

Resoluções:

- Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública na área da hemodiálise.
 - Recomenda ao Governo que salvaguarde a qualidade do serviço público postal universal.
-

DAR — II SÉRIE-A — N.º 51 (2020.02.18)

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

- Recomenda ao Governo a suspensão das dragagens no estuário do rio Sado.
- Recomenda ao Governo que cumpra a Diretiva «Habitats» e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação.
- Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do estuário do Sado.

Projetos de Lei (n.ºs 184, 214 e 215/XIV/1.ª):

N.º 184/XIV/1.ª (Torna mais transparentes as regras de rotulagem relativas à presença de organismos geneticamente modificados em subprodutos de animais, refeições e produtos não embalados):

- Alteração do texto inicial do projeto de lei. (*)

N.º 214/XIV/1.ª (Cidadãos) — Procriação medicamente assistida post mortem.

N.º 215/XIV/1.ª (PAN) — Retira o coelho-bravo das espécies sujeitas a exploração cinegética.

Projetos de Resolução (n.ºs 259 a 261/XIV/1.ª):

N.º 259/XIV/1.ª (IL) — Pelo aumento dos apoios às Unidades de Cuidados Continuados Integrados.

N.º 260/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a construção de uma escola básica (2.º e 3.º ciclo) e secundária em Fernão Ferro.

N.º 261/XIV/1.ª (BE) — Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal.

(a) Publicadas em Suplemento.

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 18 de fevereiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 43 \(2020.01.25\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 51 — SUPLEMENTO (2020.02.18)

SUMÁRIO

Resoluções:

- Recomenda ao Governo a suspensão das dragagens no estuário do rio Sado.
 - Recomenda ao Governo que cumpra a Diretiva «Habitats» e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação.
 - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do estuário do Sado.
-

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 149, 154, 196, 203 e 216 a 218/XIV/1.ª):

N.º 149/XIV/1.ª (Plano de intervenção para a construção, requalificação e modernização do edifício escolar):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 154/XIV/1.ª (Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior):

— Parecer da Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 196/XIV/1.ª [Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio)]:

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (¹)

N.º 203/XIV/1.ª — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio.

— Alteração do título e texto inicial do projeto de lei. (²)

N.º 216/XIV/1.ª (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

N.º 217/XIV/1.ª (PSD) — Restringe a cobrança de comissões bancárias, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.

N.º 218/XIV/1.ª (BE) — Consagra o direito ao pagamento de subsídio de alimentação a todos/as trabalhadores/as, em valor mínimo equiparado à Administração Pública.

Projetos de Resolução (n.ºs 141 e 262 a 266/XIV/1.ª):

N.º 141/XIV/1.ª — Recomenda ao Governo a implementação do Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico:

— Alteração do título e texto iniciais do projeto de resolução. (³)

N.º 262/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a não autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP.

N.º 263/XIV/1.ª (CH) — Pela clarificação da Lei n.º 66/2015 e pela proibição de cobrança de taxas e comissões nas transferências bancárias realizadas através da aplicação MB Way.

N.º 264/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar.

N.º 265/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a criação de suplementos remuneratórios para a carreira de guarda-florestal.

N.º 266/XIV/1.ª (PEV) — Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao País.

Projeto de Deliberação n.º 7/XIV/1.ª (PAR):

Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XIV Legislatura.

(¹) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 19 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 48 (2020.02.11)].

(²) Título e texto iniciais substituídos a pedido do autor da iniciativa a 20 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 50 (2020.02.14)].

(³) Título e texto iniciais substituídos a pedido do autor da iniciativa a 21 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 24 (2019.12.04)].

SUMÁRIO

Deliberação n.º 2-PL/2020:

Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XIV Legislatura.

Projetos de Lei (n.ºs 137 a 140, 202 e 219/XIV/1.ª):

N.º 137/XIV/1.ª [*Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho)*]:

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 138/XIV/1.ª [*Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho)*]:

— *Vide Projeto de Lei n.º 137/XIV/1.ª.*

N.º 139/XIV/1.ª [*Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro)*]:

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 140/XIV/1.ª (*Cria o sistema de acesso à conta básica universal*):

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 202/XIV/1.ª (*Procede à quinquagésima alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia*):

— *Alteração do texto do projeto de lei. (*)*

N.º 219/XIV/1.ª (PAN) — *Determina a proibição das corridas de cães mais conhecidas por corridas de galgos.*

Projetos de Resolução (n.ºs 267 a 269/XIV/1.ª):

N.º 267/XIV/1.ª (BE) — *Recomenda medidas de conservação do lobo-ibérico e das suas presas silvestres.*

N.º 268/XIV/1.ª (PEV) — *Classificação de tripulante de cabina como profissão de desgaste rápido.*

N.º 269/XIV/1.ª (PEV) — *Pela urgente construção do novo hospital de Lagos.*

(*) *Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 26 de fevereiro de 2020 [Vide DAR II Série-A n.º 49 (2020.02.13)].*

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

— *Recomenda ao Governo que elabore um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água.*

— *Recomenda ao Governo a alteração da Portaria n.º 296/2019, de 9 de setembro, sobre a comparticipação das fórmulas elementares que se destinem a crianças com alergia à proteína do leite de vaca.*

— *Recomenda ao Governo a criação de uma rede de bancos de leite materno.*

Projetos de Lei (n.ºs 158 a 163, 169 e 220 a 222/XIV/1.ª):

N.º 158/XIV/1.ª (Proíbe a caça à raposa, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 159/XIV/1.ª (Proíbe a caça ao saca-rabos, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Vide Projeto de Lei n.º 158/XIV/1.ª.

N.º 160/XIV/1.ª (Proíbe a caça ao melro, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Vide Projeto de Lei n.º 158/XIV/1.ª.

N.º 161/XIV/1.ª (Proíbe a caça à gralha-preta, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Vide Projeto de Lei n.º 158/XIV/1.ª.

N.º 162/XIV/1.ª (Proíbe a caça ao gaio, exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Vide Projeto de Lei n.º 158/XIV/1.ª.

N.º 163/XIV/1.ª (Proíbe a caça à pega-rabuda e exclui esta espécie da Lista de Espécies Cinegéticas e procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto):

— Vide Projeto de Lei n.º 158/XIV/1.ª.

N.º 169/XIV/1.ª [Determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações «discretas» em sede de obrigações declarativas (primeira alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho)]:

— Parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 220/XIV/1.ª (BE) — Regula o direito de associação do pessoal da Polícia Marítima (primeira alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro).

N.º 221/XIV/1.ª (PS) — Procede à nona alteração do Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o Registo Internacional de Navios da Madeira.

N.º 222/XIV/1.ª (PEV) — Interdição de voos noturnos salvo por motivo de força maior.

Projetos de Resolução (n.ºs 262 e 270 a 274/XIV/1.ª):

N.º 262/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo a não autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP):

— Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 270/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo medidas urgentes e específicas no reforço dos serviços públicos, no

aumento do controlo e fiscalização sobre as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas e na garantia de habitação digna, no Perímetro de Rega do Mira.

N.º 271/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027.

N.º 272/XIV/1.ª (PSD) — Necessidade de retomar as obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros, Corroios.

N.º 273/XIV/1.ª (BE) — Revoga a cedência de obras de arte do Museu Nacional dos Coches ao grupo hoteleiro Vila Galé.

N.º 274/XIV/1.ª (BE) — Moratória à instalação de olival e amendoal intensivo e superintensivo.

(a) Publicado em Suplemento.

SUMÁRIO

Resoluções:

- *Recomenda ao Governo que elabore um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água.*
 - *Recomenda ao Governo a alteração da Portaria n.º 296/2019, de 9 de setembro, sobre a comparticipação das fórmulas elementares que se destinem a crianças com alergia à proteína do leite de vaca.*
 - *Recomenda ao Governo a criação de uma rede de bancos de leite materno.*
-

SUMÁRIO

Decretos da Assembleia da República (n.ºs 2 a 4/XIV):

N.º 2/XIV — *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020. (a)*

N.º 3/XIV — *Aprova o Orçamento do Estado para 2020. (b)*

N.º 4/XIV — *Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023. (a)*

Projetos de Lei (n.ºs 183, 219 e 223 a 229/XIV/1.ª):

N.º 183/XIV/1.ª — *Reforça o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal:*

— *Segunda alteração de título e texto iniciais do projeto de lei. (*)*

N.º 219/XIV/1.ª (*Determina a proibição das corridas de cães mais conhecidas por corridas de galgos*):

— *Alteração do texto inicial do projeto de lei. (**)*

N.º 223/XIV/1.ª (PS) — *Sétima alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de junho, alargando as situações de realização de inseminação post mortem.*

N.º 224/XIV/1.ª (PEV) — *Garante o subsídio de doença a 100% para os casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa.*

N.º 225/XIV/1.ª (CDS-PP) — *Segunda alteração à Lei n.º 25/2012, de 16 de julho, «Regula as diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e a nomeação de procurador de cuidados de saúde e cria o registo nacional do testamento vital (RENTEV)».*

N.º 226/XIV/1.ª (PSD) — *Nona alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais.*

N.º 227/XIV/1.ª (PSD) — *Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais):*

— *Texto inicial do projeto de lei.*

— *Texto inicial alterado do projeto de lei.*

N.º 228/XIV/1.ª (PCP) — *Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 229/XIV/1.ª (PCP) — *Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).*

Projetos de Resolução (n.ºs 275 a 289/XIV/1.ª):

N.º 275/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas transversais de combate ao racismo.

N.º 276/XIV/1.ª (PEV) — Informação, intensa e urgente, ao público sobre o coronavírus.

N.º 277/XIV/1.ª (PEV) — Por um novo centro de saúde no Alto Seixalinho, no Barreiro.

N.º 278/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda a manutenção da incorporação das obras da Coleção Rainer Daehnhardt no Museu Nacional dos Coches.

N.º 279/XIV/1.ª (PEV) — Realização de um estudo rigoroso sobre a realidade do trabalho infantil em Portugal, com vista à sua total erradicação.

N.º 280/XIV/1.ª (PCP) — Pela célere construção do novo Hospital de Lagos.

N.º 281/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova uma campanha informativa de divulgação e incentivo ao registo do Testamento Vital.

N.º 282/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da formação em Cuidados Paliativos em Portugal.

N.º 283/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo aumentos nas diárias nas Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

N.º 284/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço urgente de camas e equipas de Cuidados Paliativos, por forma a assegurar a cobertura nacional tanto nos serviços hospitalares, como no domicílio.

N.º 285/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a contratação de Intérpretes de Língua Gestual para os serviços públicos.

N.º 286/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a sustentabilidade económica e financeira das farmácias comunitárias.

N.º 287/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional.

N.º 288/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração.

N.º 289/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a elaboração de estudo nacional sobre o trabalho infantil.

(a) Publicado em Suplemento.

(b) Publicado em 2.º Suplemento.

(*) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa em 13 de fevereiro de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 43 \(2020.01.25\)](#)] e em 3 de março de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 49 \(2020.02.13\)](#)].

(**) Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa a 2 de março de 2020 [Vide [DAR II Série-A n.º 53 \(2020.02.26\)](#)].

DAR — II SÉRIE-A — N.º 55 — SUPLEMENTO (2020.03.03)

SUMÁRIO

Decretos da Assembleia da República (n.ºs 2 e 4/XIV):

N.º 2/XIV — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020.

N.º 4/XIV — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos 2020-2023.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 55 — 2.º SUPLEMENTO (2020.03.03)

SUMÁRIO

Decreto da Assembleia da República n.º 3/XIV:

Aprova o Orçamento do Estado para 2020.

SUMÁRIO

Projeto de Revisão Constitucional n.º 1/XIV/1.ª (CH):

Pela defesa da população em cenários epidémicos.

Projetos de Lei (n.ºs 12, 35, 134, 148, 171, 179, 191, 208 e 230/XIV/1.ª):

N.º 12/XIV/1.ª (Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 35/XIV/1.ª (Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e famílias com carência económica):

— *Parecer da Comissão de Saúde e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 134/XIV/1.ª (Visa a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos que sirvam unicamente para a captura de aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 148/XIV/1.ª (Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde):

— *Parecer da Comissão de Saúde e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 171/XIV/1.ª (Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais):

— *Parecer da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 179/XIV/1.ª [Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro)]:

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 191/XIV/1.ª (Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais):

— *Parecer da Comissão de Agricultura e Mar e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 208/XIV/1.ª (Promove a redução de resíduos de embalagens e o aumento da taxa de reciclagem):

— *Parecer da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 230/XIV/1.ª (PS) — Regime de proteção de pessoas singulares perante práticas abusivas decorrentes de diligências de cobrança extrajudicial de créditos vencidos.

Propostas de Lei (n.ºs 10 a 12/XIV/1.ª):

N.º 10/XIV/1.ª [Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas]:

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 11/XIV/1.ª [Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822]:

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

N.º 12/XIV/1.ª [Transpõe a Diretiva (UE) 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo]:

— *Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.*

Projetos de Resolução (n.ºs 120, 141, 167, 187, 235, 239, 266, 267, 271 e 290 a 294/XIV/1.ª):

N.º 120/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo):

— *Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do*

diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 141/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que integre nos planos globais de gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional):

— Informação da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativa à discussão do diploma ao abrigo do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

N.º 167/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações):

— Vide Projeto de Resolução n.º 120/XIV/1.ª.

N.º 187/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira):

— Vide Projeto de Resolução n.º 120/XIV/1.ª.

N.º 235/XIV/1.ª (Plano de Monitorização das populações de lobo-ibérico e das suas presas selvagens):

— Vide Projeto de Resolução n.º 141/XIV/1.ª.

N.º 239/XIV/1.ª (Reforço de medidas com vista à proteção do lobo ibérico em Portugal):

— Vide Projeto de Resolução n.º 141/XIV/1.ª.

N.º 266/XIV/1.ª (Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao País):

— Vide Projeto de Resolução n.º 120/XIV/1.ª.

N.º 267/XIV/1.ª (Recomenda medidas de conservação do lobo-ibérico e das suas presas silvestres):

— Vide Projeto de Resolução n.º 141/XIV/1.ª.

N.º 271/XIV/1.ª (Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027):

— Vide Projeto de Resolução n.º 120/XIV/1.ª.

N.º 290/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a conclusão urgente das obras da Escola Secundária João de Barros.

N.º 291/XIV/1.ª (BE) — Reforça a resposta do Estado na área dos cuidados paliativos.

N.º 292/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate ao racismo.

N.º 293/XIV/1.ª (CH) — Pelo equilíbrio da tributação fiscal sobre os veículos a diesel.

N.º 294/XIV/1.ª (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, «Procede à décima primeira alteração do Código dos Contratos Públicos, anexa ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio».

DAR — II SÉRIE-A — N.º 57 (2020.03.05)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 94, 188, 197, 200, 231 e 232/XIV/1.ª):

N.º 94/XIV/1.ª (Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho):

— Parecer da Comissão de Trabalho e Segurança Social e nota técnica elaborada pelos serviços de apoio.

N.º 188/XIV/1.ª (Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional):

— Vide Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª.

N.º 197/XIV/1.ª (Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais):

— Vide Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª.

N.º 200/XIV/1.ª (Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador):

— Vide Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª.

N.º 231/XIV/1.ª (CDS-PP) — Sétima alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de junho, aumentando de três para cinco ciclos de tratamentos de segunda linha de Procriação Medicamente Assistida, comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

N.º 232/XIV/1.ª (BE) — Garante a não exploração de novas fontes de hidrocarbonetos.

Projetos de Resolução (n.ºs 295 a 301/XIV/1.ª):

N.º 295/XIV/1.ª (PEV) — Controlo de espécies invasoras e de infestantes na Pateira de Fermentelos e despoluição do rio Cértima e seus afluentes.

N.º 296/XIV/1.ª (IL) — Cessaçã de vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, que procede à décima primeira alteração do Código dos Contratos Públicos, anexa ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

N.º 297/XIV/1.ª (PSD) — Regulamentação da Lei de Bases da Economia Social.

N.º 298/XIV/1.ª (PSD) — Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário.

N.º 299/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que promova um estudo sobre o financiamento das IPSS que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional de forma a corrigir as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS.

N.º 300/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que promova um estudo sobre o financiamento das IPSS que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional de forma a corrigir as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS.

N.º 301/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a reativação da Escola de Formação do Arsenal do Alfeite.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 61 — SUPLEMENTO (2020.03.13)

SUMÁRIO

Resoluções:

— Cessaçã de vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, que procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

— Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã. (a)

(a) A partir de 24 de março de 2020, a designação desta Comissão de Inquérito foi abreviada, por razões de registo informático, para «Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior».

DAR — II SÉRIE-A — N.º 62 (2020.03.18)

SUMÁRIO

Resoluções:

— Recomenda ao Governo que coloque em consulta pública os programas de ação do Plano Nacional de

Gestão Integrada de Fogos Rurais.

— *Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento de vinculação da República Portuguesa ao Protocolo de 2014 sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho.*

— *Consagra o dia 31 de março como Dia Nacional da Memória das Vítimas da Inquisição.*

— *Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Estrada Nacional 225.*

— *Recomenda ao Governo que garanta as condições para a realização da sesta a partir dos três anos nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar da rede pública.*

Proposta de Lei n.º 17/XIV/1.ª (GOV):

Aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 63 (2020.03.19)

SUMÁRIO

Decreto da Assembleia da República n.º 5/XIV:

Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Projeto de Resolução n.º 325/XIV/1.ª (CH):

Pela promoção de medidas que impeçam o corte do abastecimento de água às famílias e pela redução das tarifas cobradas pela prestação deste serviço.

A Divisão de Redação.